



Câmara Municipal de Viana

RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA Nº 04/2025 – PROCESSO Nº 1.525/2025

PLANO DE AUDITORIA INTERNA 2025 – RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 008/2024

UNIDADE RESPONSÁVEL	AUDITORIA INTERNA
ENTIDADE	CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA
CNPJ	27.427.277/0001-51
GESTOR	JOILSON BROEDEL
CARGO	PRESIDENTE
OBJETO	AUDITORIA DE CONFORMIDADE SOBRE CONTRATOS DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, REGULADOS PELA LEI 14.133 DE 2021, TOMANDO COMO AMOSTRA ALGUNS REALIZAÇÕES LEVADAS A EFEITO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025. AS QUESTÕES LEVANTADAS ESTÃO DISPOSTAS NA MATRIZ DE PLANEJAMENTO.
UNIDADE EXECUTORA	SECRETARIA DE SERVIÇOS, CONTRATOS E COMPRAS

I. OBJETIVO E ESCOPO

Nossa análise tomou como referência as questões de auditoria formuladas na Matriz de Planejamento, neste caso, sobre contratos executados no “primeiro semestre de 2025”, tendo como foco a verificação de conformidade sobre aspectos técnicos e operacionais regulados pela Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021, a qual estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios**, neste caso, com especificidade sobre as contratações diretas que incorrem em dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Todo o trabalho seguiu a metodologia abaixo e a matriz de planejamento anexa.

II. DA METODOLOGIA APLICADA

Apresentamos ao setor de contratos a estrutura preliminar da auditoria através de uma Matriz de Planejamento, composta de quatro questões interrogativas, as quais permeiam o ambiente operacional prático, em sintonia com as regras estabelecidas na Lei 14.133/2021. O portal de transparência, na aba “Compras e Licitações”, serviu de fonte para acessar os arquivos comprobatórios que sustentaram as etapas operacionais deste a instauração dos processos, os pareceres jurídicos, até a formalização dos contratos e eventuais aditivos. Os recursos utilizados deveriam certificar, não só o cumprimento da base legal, mas garantir a transparência e o cuidado com o erário público, enquanto prestação de contas à sociedade.

IV. BASE LEGAL

Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021 – Lei das Licitações, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Instruções Normativas nº 01, 02, 03 e 04, que versam sobre: sobre diretrizes para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços; os procedimentos internos a serem observados acerca da dispensa de licitação de que trata o artigo 75 da Lei n. 14.133/2021; sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos; sobre a regulamentação da elaboração do Estudo Técnico Preliminar nos termos da Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei nº 14.133/2021, respectivamente.

IV. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Nossa análise tomou com referência “uma amostra”, entre janeiro e jun/25, nas modalidades de **Dispensa e Inexigibilidade** de licitação, sobre os quais aplicamos as questões de auditoria, previamente formuladas na Matriz de Planejamento.

Objetos da análise:

Nº do PROCESSO	EMPRESA	OBJETO	VALOR
846/2025	AD Buffet e Decorações Ltda	Decoração e Buffet	R\$ 60.465,00
663/2025	Minimercado Moreira Ltda	Café e Açúcar	R\$ 43.680,00
1176/2025	BDR Com de Equipam. Ltda	Cancela Automática	R\$ 4.500,00
548/2025	Gênesis e Atual Turismo	Inscrição e Passagens	R\$ 10.713,00

Os itens trazidos pelos autos 1.525/2025, em atendimento às solicitações desta Auditoria, possuem materialidade suficiente para análise performada na Matriz de Planejamento e metodologia aplicada. O objetivo foi verificar os mecanismos operacionais e técnicos utilizados nos processos de atendimento às demandas recepcionadas pelo setor de Contratos.

A análise foi desenvolvida buscando responder as questões de auditoria trazidas pela Matriz de Planejamento, quais sejam:

1) A contratação por dispensa está fundamentada e justificada, conforme os requisitos estabelecidos na lei 14.133?

Não há registros de inconsistências técnicas para a questão levantada.

2) A contratação por inexigibilidade está fundamentada e justificada, conforme os requisitos estabelecidos na lei 14.133?

Não há registros de inconsistências técnicas para a questão levantada.

3) Nas contratações houve aprovação das autoridades e respeito aos princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência?

Não há registros de inconsistências técnicas para a questão levantada.

4) O custo-benefício é favorável ao interesse público e os preços estão em conformidade com o mercado?

Não há registros de inconsistências técnicas para a questão levantada.

V. RECOMENDAÇÕES

Na fase de acompanhamento registramos uma **inconsistência operacional** de caráter meramente formal, a qual fora **sanada** e registrada através de manifestação do secretário da pasta.

Este Relatório Final vai ao conhecimento da presidência e setor auditado, e deve retornar a esta Auditoria para consequente publicação.

Em 19/11/2025.



Câmara Municipal de Viana

MATRIZ DE PLANEJAMENTO

OBJETIVO: Verificar a Conformidade sobre as contratações no período pré definido na amostragem, considerando aplicação da Lei 14.133/21 sobre alguns contratos envolvendo dispensa e inexigibilidade de licitação, com foco especial nas fundamentações e justificativas, inclusive sobre a defesa do interesse público na dispensa das licitações.

	Tabela Referencial	Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informações	Procedimentos de Auditoria	Possíveis Achados
Q1		A contratação por dispensa está fundamentada e justificada, conforme os requisitos estabelecidos na lei 14.133?	Justificativas em favor do interesse público, conforme os requisitos estabelecidos na lei 14.133.	Os dispositivos legais, as instruções normativas, os registros eletrônicos e, eventualmente, informações da secretaria.	Verificar as fontes de informações sobre o cumprimento das exigências estabelecidas no plano legal.	Falta de fundamentação e justificativas exigidas em lei nas contratações via dispensa e inexigibilidade.
Q2		A contratação por inexigibilidade está fundamentada e justificada, conforme os requisitos estabelecidos na lei 14.133?	Justificativas em favor do interesse público, conforme os requisitos estabelecidos na lei 14.133.	Os dispositivos legais, as instruções normativas, os registros eletrônicos e, eventualmente, informações da secretaria.	Verificar as fontes de informações sobre o cumprimento das exigências estabelecidas no plano legal.	Falta de fundamentação e justificativas exigidas em lei nas contratações via dispensa e inexigibilidade.
Q3		Nas contratações houve aprovação das autoridades e respeito aos princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência?	Fundamentações e justificativas em favor do interesse público, conforme os requisitos estabelecidos na lei 14.133.	Os dispositivos legais, as instruções normativas, os registros eletrônicos e, eventualmente, informações da secretaria.	Verificar as fontes de informações sobre o cumprimento das exigências estabelecidas no plano legal.	Falta de aprovação formal nas contratações e falta de cumprimento dos princípios administrativos fundados em Lei.
Q4		O custo-benefício é favorável ao interesse público e os preços estão em conformidade com o mercado?	Levantamentos de mercado sobre preços e sua conformidade com o mercado e o interesse público.	Registros materiais e eletrônicos que dê lastro às conformidades exigidas.	Verificar se as fontes de informações estão atendendo as exigências estabelecidas.	Inobservância quanto ao interesse público e os preços praticados no mercado.